

“Qual é o jornalista mais crápula, mais mistificador do Rio de Janeiro?” – História, Jornalismo e Literatura em Lima Barreto¹

Denilson BOTELHO²

Resumo:

Além da transição entre a Monarquia e a República, entre a escravidão e o trabalho assalariado, Lima Barreto (1881-1922) testemunhou e documentou variados aspectos que dizem respeito às transformações que a imprensa e o jornalismo atravessaram durante a Primeira República. O artigo analisa o modo pelo qual o autor de *Recordações do escrívão Isaías Caminha* acompanhou de forma crítica a transição do jornal artesanal para a imprensa empresarial que se difundia nas primeiras décadas do século XX. Penetrar nesse universo pela produção literária de Lima Barreto nos permite examinar as práticas do jornalismo naquele período e questionar o mito da imparcialidade da imprensa – frequentemente invocado pelos mais variados veículos, inclusive nos dias que correm. Trata-se de discutir a própria função social do jornalismo tomando por base suas relações com a história e a literatura.

Palavras-chave:

Lima Barreto. Jornalismo. Imprensa. Literatura. Primeira República.

“What is the most miserable, most mystifying journalist in Rio de Janeiro?” – History, Journalism and Literature in Lima Barreto

Abstract:

Beyond the transition between Monarchy and Republic, between slavery and salaried work, Lima Barreto (1881-1922) had witnessed and documented various aspects concerning the changes that the press and the journalism had gone through during the First Republic. The article analyzes the way in which the author of “*Recordações do escrívão Isaías Caminha*” had followed up on a critical way the transition from the traditional newspaper into the business press spread in the first decades of the twentieth century. To dive into this universe through Lima Barreto literary production allows us to understand the journalism practice during that period and question the myth of press impartiality – frequently called down by different vehicles, even nowadays. It is a question of discussing journalism social function, based on its relationship with history and literature.

Keywords:

Lima Barreto. Journalism. Press. Literature. First Republic.

“¿Cuál es el periodista más crápula, más mistificador de Río de Janeiro?” – Historia, Periodismo y Literatura en Lima Barreto

Resumen:

Además de la transición entre la Monarquía y la República, entre la esclavitud y el trabajo asalariado, Lima Barreto (1881-1922) testificó y documentó variados aspectos que se refieren a las transformaciones que

¹ Este texto é uma versão revista e ampliada da comunicação apresentada no XI Encontro Nacional de História da Mídia, realizado na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, entre os dias 8 e 10 de junho de 2017. Trata-se da exposição feita na Mesa 09, sobre “História, Jornalismo e Literatura: interfaces”. O texto apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada *Imprensa e literatura na Primeira República: Lima Barreto e a “indústria do jornal”*, desenvolvida com apoio da FAPESP, por meio de Auxílio à Pesquisa – Regular (Processo nº 2015/06882-0).

² Doutor em História Social pela Unicamp. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, atuando na Graduação e credenciado no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória – Mestrado em Rede Nacional). Líder do Grupo de Pesquisa *História Social da Cultura: Literatura, Imprensa e Sociedade*, cadastrado no CNPq. E-mail: botelhofdenilson@gmail.com



laprensa y el periodismo atravesaron durante laPrimera República. El artículo analiza el modo en que el autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* acompañó de forma crítica la transición del periódico artesanal a la prensa empresarial que se difundía en las primeras décadas del siglo XX. Penetrar en ese universo por la producción literaria de Lima Barreto nos permite examinar las prácticas del periodismo en aquel período y cuestionar el mito de la imparcialidad de la prensa - frecuentemente invocado por los más variados vehículos, incluso en los días que corren. Se trata de discutir la propia función social del periodismo tomando como base sus relaciones con la historia y la literatura.

Palabras clave:

Lima Barreto. Periodismo. Prensa. Literatura. Primera República.

Introdução

O mito da imparcialidade e isenção do jornalismo brasileiro tem a sua história. Não pretendo examiná-la por completo neste artigo, mas apenas apresentar uma breve reflexão sobre o tema, partindo de inquietações que nos afetam no presente para contemplar um capítulo específico dessa história nos tempos da Primeira República.

O assunto mostra-se da maior relevância ao considerarmos o papel desempenhado pelo jornalismo produzido pela mídia corporativa e empresarial nos episódios da história política recente, situados entre 2013 e os dias que correm neste país. Longe de apenas apresentar cobertura neutra, isenta e imparcial dos acontecimentos, o jornalismo oriundo dos oligopólios midiáticos se constituiu num agente poderoso e inegavelmente influente em todo esse processo, o que reforça a necessidade e a importância de analisá-lo e compreendê-lo.

O que estamos vivendo nos últimos anos pode ser caracterizado como um intenso embate entre narrativas e uma negação dos fatos e da verdade, indicando um desafio para a história como campo de conhecimento. Foi assim que um conjunto de manifestações populares que tomaram as ruas em 2013 – denominadas por alguns de “jornadas de junho” – ensejou o início das articulações que resultaram no golpe parlamentar e judiciário que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e culminou com a prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018 – como desfecho de um processo judiciário de celeridade inédita e oportunista.

Vários pesquisadores e estudiosos questionaram-se sobre o que teria levado tantas pessoas às ruas em 2013. Em larga medida, o questionamento se devia ao fato daquelas mobilizações terem ocorrido sob a égide de uma pauta tão diversificada, que tornou difícil compreender o seu sentido. Os protestos eram inicialmente contra o aumento das tarifas dos ônibus urbanos e pela implantação do passe livre, mas foram eclipsados por uma demanda difusa e disforme contra a corrupção e os modos de fazer política vigentes. Um discurso pseudomoralista – fazendo lembrar a velha bandeira udenista – que anunciava disposição de “passar o país a limpo” mais uma vez era





invocado, como se não tivéssemos conhecimento do quanto essa bravata esteve a serviço do golpe de 1964 e da eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, a primeira eleição direta para presidente após a ditadura militar.

A insatisfação com as práticas políticas não desencadeou, como se poderia imaginar, uma reforma política no âmbito do Congresso Nacional. Serviu para desgastar e desestabilizar o terceiro governo (2010-2014) sucessivo do Partido dos Trabalhadores-PT, mas não a ponto de impedi-lo de vencer a sucessão presidencial e conquistar mais um mandato. Não por outra razão, Aécio Neves, candidato derrotado do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, mostrou-se inconformado com mais uma derrota do seu partido e anunciou publicamente sua disposição de não aceitar democraticamente o resultado emanado das urnas naquele pleito, intensificando as articulações que resultariam no golpe de 2016.

A reconstrução desses episódios se faz necessária para apontar as bases a partir das quais se articulou o embate entre narrativas a que me refiro. Afinal, não tendo sido possível derrotar o PT nas urnas, as forças políticas contrariadas pela hegemonia conquistada por meio do voto popular passaram a combatê-lo em outras frentes. À ficção das “pedaladas fiscais” travestidas de *impeachment*, que derrubou Dilma Rousseff do poder, somou-se a condenação de Lula num processo baseado em convicções, mas não em provas cabais da propriedade de um apartamento no Guarujá, em Santos, no estado de São Paulo, supostamente amealhado como resultado de práticas de corrupção. Contudo, coube ao jornalismo das grandes empresas de comunicação, tendo as organizações *Globo* à frente, cumprir um papel estratégico e fundamental, promovendo um notável e massacrante linchamento midiático de Lula e de tudo e todos que de algum modo vinculam-se ao PT, por meio de uma narrativa meticulosamente construída e repetida à exaustão cotidianamente para todos os cantos do país.

A despeito dos acontecimentos e da verdade dos fatos, os oligopólios de mídia lançaram-se numa disputa ferrenha para fazer prevalecer uma determinada narrativa da história, marcada pelo mais absoluto desprezo por uma das regras básicas do jornalismo: abrir espaço para o contraditório de forma equânime. Assim, construiu-se a narrativa das “jornadas de junho”, do “*impeachment* constitucional” e da condenação – sem provas – de Lula. Se o PT foi capaz de conquistar uma hegemonia política nas urnas desde a eleição de 2002, os meios de comunicação empresariais jamais perderam o controle sobre a veiculação da informação que lhes assegurou a produção de uma



narrativa hegemônica ao longo desse período.

A prerrogativa de contar uma versão sobre os fatos de acordo com os seus interesses foi dominada pelos oligopólios midiáticos, que produziram uma narrativa vitoriosa até o momento. Daí advém o argumento de autoridade do jornalismo invocado por muitas pessoas comuns nas mais variadas circunstâncias. Quem, em meio a uma conversa, debate ou bate-papo, nunca ouviu alguém buscar respaldo para sua argumentação com aquele comentário mais do que conhecido: “Deu no *Jornal Nacional*, não viu?” ou “Foi publicado na *Folha de S. Paulo*, você não leu?”.

Esse recurso, bastante usual, carrega consigo a convicção de que o jornalismo, notadamente das grandes empresas de mídia, é portador da verdade sobre os fatos. E mais: sugere um certo grau de isenção, neutralidade e imparcialidade que teria o dom de encerrar a discussão, seja ela qual for. Se deu no *Jornal Nacional* ou na *Folha de S. Paulo*, não pode ser mentira, só pode ser uma tradução fiel da realidade que o jornalismo nos apresenta com sua habitual isenção.

Vale ressaltar que figuras destacadas do jornalismo têm se empenhado em reafirmar esse mito da imparcialidade, tal como fez Ali Kamel, em 2007, nas páginas d’*O Globo*, ao escrever:

O jornalismo é uma forma de conhecimento, de apreensão da realidade, segundo um método próprio que (...) leva ao relato e à análise dos fatos com fidelidade. (...) Diante de uma miríade de acontecimentos, os jornalistas são treinados para discernir que fatos têm relevância e narrá-los e analisá-los de maneira lógica e isenta. (KAMEL, 23 jan. 2007, p. 7).

Da mesma forma, em 2011, o maior grupo de comunicação existente no país divulgou seus princípios editoriais, nos quais é possível destacar o seguinte:

O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade (...). Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. (MARINHO, R. B.; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto, 2011, não paginado).

Para o historiador, coloca-se aqui um problema: quando e como surge ou se desenvolve esse mito da imparcialidade atribuído ao jornalismo? Em que circunstâncias isso se deu? Como isso se tornou possível?

Talvez possamos encontrar parte das respostas a essas questões na literatura. Ou melhor, na obra e na trajetória de um escritor da Primeira República. Lima Barreto,



como se sabe, nasceu no Rio de Janeiro em 1881 e morreu precocemente aos 41 anos de idade, em 1922. Residindo a maior parte de sua vida na periferia da Capital Federal, mais precisamente entre os bairros suburbanos do Méier e Todos os Santos, testemunhou e documentou variados aspectos que dizem respeito às transformações que a imprensa e o jornalismo atravessaram nessa época.

Ao percorrer as páginas dos jornais do Rio de Janeiro do início do século XX, é possível observar algo em comum em vários desses periódicos: os textos publicados vão deixando progressivamente de ser assinados. Essa constatação empírica guarda relação estreita com as transformações vivenciadas pela imprensa naquele período. Ainda que sobrevivam os jornais cuja linha editorial explica-se em larga medida pelo perfil de seus proprietários, que acumulam a função de editores, cresce o número de periódicos que adquirem uma face empresarial.

Nesse jornal moderno, de grande porte, com tiragens mais elevadas, avança a divisão do trabalho de produção das notícias em editorias específicas e com repórteres que vão se especializando nas seções de notícias policiais, políticas, internacionais, econômicas, esportivas, sobre costumes e sociedade, além dos chamados *faits divers*. No esforço de tornarem-se modernos, tentando adquirir credibilidade junto aos leitores, vários jornais deixam de identificar a autoria dos textos impressos em suas páginas.

No *Rio-Jornal*³, por exemplo, encontra-se uma boa explicação para esse fenômeno dos textos publicados sem indicação da autoria. Numa edição de 1918, destaca-se uma característica que vai se impondo aos jornalistas que trabalham para a empresa e o diário daquele tempo: trata-se de um gesto de abnegação que implica em

“despersonalisarem-se” em prol do jornal, (...) sem a vitrine das assinaturas firmando artigos, crônicas, e quiçá notícias, para surgir a homogeneidade que traz a força, isto é, somente o jornal em si, em bloco, dominador e poderoso (AZEVEDO, 1918⁴).

Nesse trecho é possível perceber porque tão poucos textos são assinados neste e em outros jornais da época: é o fenômeno da “despersonalização”, abolindo a assinatura dos artigos, crônicas e notícias para, pretensamente, tornar forte, objetivo e homogêneo o jornal, que adquire ares de uma entidade isenta, neutra e imparcial. Afinal, não é mais

³ Jornal do Rio de Janeiro, fundado por Paulo Barreto (João do Rio) em 21 de março de 1918, que circulou até 1924. Sua edição diária era publicada às 18 horas, no formato *standard*, sendo o exemplar avulso vendido a 100 réis. A redação e administração do jornal situava-se na rua do Ouvidor, 162. Com oito páginas e cinco colunas, apresentava notícias curtas e variadas sobre assuntos internacionais, a cidade, crimes e outros temas. Publicava também poesia, humor, charges e fotografias. Dentre os seus colaboradores aparecem Carlos Malheiro Dias, Padre Séve, Celso Vieira, Raul de Azevedo, Gilka Machado, Medeiros e Albuquerque, Albertina Berta, Lima Barreto e o próprio João do Rio.

⁴Sobre uma conferência proferida por Azevedo Amaral.



o autor/jornalista quem escreve, quem o faz é o *Rio-Jornal*, ou outros jornais que também adotavam essa prática. A prerrogativa da fala, do discurso, recai sobre o jornal/empresa, não mais sobre o jornalista e autor dos textos publicados. O texto é, assim, editorializado e destituído de sua autoria, procurando se negar ou ocultar o seu processo de construção e tudo o mais que envolve o seu autor.

Contudo, na literatura, Lima Barreto insistiu em combater a “despersonalização” que fez parte desse processo de construção do mito da imparcialidade do jornalismo. A começar pelo seu romance de estreia. Há uma passagem do *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, publicado em 1909, em que o protagonista que dá título ao romance testemunha, com certa perplexidade, o modo como se constrói a notícia no fictício jornal notoriamente inspirado no *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt. No capítulo VIII, *Isaías Caminha* vai à redação d’*O Globo* em busca dos préstimos de Gregoróvitch. Não o encontrando no local, põe-se a aguardar por ele. A espera lhe dá a oportunidade de observar os bastidores da imprensa, que descreve com riqueza de detalhes. Presenciou, por exemplo, a chegada à redação de um “grande romancista de luxuoso vocabulário, o fecundo *conteur*, o enfático escritor a quem eu me tinha habituado a admirar desde os quatorze anos” (BARRETO, 2001, p. 191), conhecido como Veiga Filho. O motivo da ida do famoso romancista à redação era para checar se o jornal noticiaria uma conferência que proferiu. Em meio à discussão sobre quem redigiria o texto dessa notícia, Caminha presenciou o secretário da redação sugerir que o próprio Veiga Filho fizesse o texto. E, perplexo, viu aquele “homem extraordinário que a gente tinha que ler com um dicionário na mão” (BARRETO, 2001, p. 191) acatar a sugestão.

Eu demorei-me ainda muito e pude ouvi-lo ler a notícia. Começou dizendo que era impossível resumir uma conferência de um artista como Veiga Filho. Para ele, as palavras eram a própria substância de sua arte.

[...] Veiga Filho acabou de ler a notícia no meio da sala, cercada de redatores e repórteres. Enquanto ele lia cheio de paixão, esquecido de que fora ele mesmo o autor de tão lindos elogios, fiquei também esquecido e convencido do seu malabarismo vocabular, do sopro heroico de sua palavra, da sua erudição e do seu saber...

Cessando, lembrei-me que amanhã tudo aquilo ia ser lido pelo Brasil boquiaberto de admiração, como um elogio valioso, isto é, nascido de entusiasmo sem dependência com a pessoa, como coisa feita por um admirador mal conhecido! A Glória! A Glória! E de repente, repontaram-me dúvidas: e todos os que passaram não teriam sido assim?

Naquela hora, presenciando tudo aquilo eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões. (BARRETO, 2001, p. 192-3).

Esta obra enseja também a denúncia dos “farejadores de escândalos”, a ênfase nos assuntos grotescos ou pitorescos, característica daquele novo fazer jornalístico do início do século XX. Nesse sentido, cabe examinar uma sugestiva comparação proposta pelo autor, entre “o pirata antigo e o jornalista moderno”:

A Imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzados e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... e assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adúlá-los, chamá-los de gênios, embora, intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... (BARRETO, 2001, p. 177).

A despeito de uma excessiva valorização do papel da imprensa que se observa no trecho acima – e que é preciso relativizar e examinar de forma cuidadosa -, entendo que a obra de Lima Barreto oferece diversas passagens que fomentam debates sobre a função social da imprensa e do jornalismo na Primeira República.

É o caso, por exemplo, de Salomão Nabor de Azevedo, personagem principal do conto *O jornalista*. Vivendo na cidade de Sant’Ana dos Pescadores, situada entre o mar e a montanha, próximo do Rio de Janeiro, tornou-se um dos seus mais célebres habitantes. Naquela cidadezinha, “as pessoas importantes eram o juiz de direito, o promotor, o escrivão, os professores públicos, o presidente da Câmara e o respectivo secretário” (BARRETO, 2010, p. 528). Salomão Nabor era o secretário do presidente da Câmara e a figura mais importante da localidade “porque, além disso, se fizera o jornalista popular do lugar” (BARRETO, 2010, p. 528).

Viveu no final do século XIX, período em que o país transitava da Monarquia à República e abolia a escravidão. Como “descendente dos antigos Nabores de Azevedo de ‘serra acima’ e dos Breves, ricos fazendeiros” (BARRETO, 2010, p. 528), herdou uma fazenda do pai, que vendeu e lhe permitiu comprar uma casa em Sant’Ana, onde casou-se. O modo de vida do protagonista é descrito da seguinte forma por Lima Barreto:

Vivia a fazer política e a ler os jornais da corte, que assinava. Deixou os romances e apaixonou-se por José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra e outros jornalistas dos tempos calorosos da Abolição. Era abolicionista, porque... os seus escravos, ele os tinha vendido com a fazenda que herdara; e os poucos que tinha em casa, dizia que não os libertava, por serem da mulher.



O seu abolicionismo, com a lei de 13 de Maio, veio dar, naturalmente, algum prejuízo à esposa... (BARRETO, 2010, p. 528-9).

A convicção abolicionista de Salomão de Azevedo dá bem a medida do seu oportunismo, cujo tom farsesco o autor desnuda e denuncia. Após a instauração da República e a abolição, foi por várias vezes subdelegado e vereador, até que o promotor Fagundes, conhecedor de sua mania por jornais, lhe sugeriu fundar um jornal na cidade. Nabor reagiu com entusiasmo, refletindo a postura irônica e crítica do autor em relação ao progresso e a própria imprensa:

- Boa ideia, 'seu' Fagundes! A 'estrela do Abraão' (assim era chamada Sant'Ana) não ter um jornal! Uma cidade como esta, pátria de tantas glórias, de tão honrosas tradições, sem essa alavanca do progresso que é a imprensa, esse fanal que guia a humanidade – não é possível! (BARRETO, 2010, p. 529).

Como o promotor não tinha o capital necessário, “Nabor entrou com o cobre; e Fagundes ficou com a direção intelectual do jornal. Fagundes era mais burro e, talvez, mais ignorante do que Nabor” (BARRETO, 2010, p. 529). Foi assim que surgiu *O Arauto*, um jornal semanal, cujo conteúdo é descrito do seguinte modo: “saía sempre com um artiguete laudatório do diretor, à guisa de artigo de fundo, umas composições líricas, em prosa, de Nabor, aniversários, uns mofinos anúncios e os editais da Câmara Municipal” (BARRETO, 2010, p. 529). Além disso, às vezes, Nabor “cortava alguma coisa de valia dos jornais do Rio e o jornaleco ficava literalmente esmagado ou inundado” (BARRETO, 2010, p. 529).

Contudo, a rivalidade entre o proprietário e o diretor do jornal era latente. No conto, essa rivalidade parece referir-se a algo mais do que uma disputa pessoal acerca do comando *d'O Arauto*. O que está em jogo são os embates entre diferentes modos de fazer jornalismo num período em que a imprensa, o Rio de Janeiro e o país atravessam profundas transformações. Trata-se do embate entre o jornalismo moderno e o tradicional, que são devidamente caracterizados no texto literário.

Nabor é apresentado como o jornalista moderno e dotado de qualidade profissional. Isso significa que está permanentemente empenhado em fazer *d'O Arauto* “um jornal de escândalo, de altas reportagens sensacionais, de enquete com notáveis personagens da localidade, enfim, um jornal moderno” (BARRETO, 2010, p. 529). Por outro lado, o promotor Fagundes queria fazer “um quotidiano doutrinário, sem demasias, sem escândalos – um *Jornal do Commercio* de Sant'Ana dos Pescadores, a 'Princesa' do 'O Seio de Abraão', a mais formosa enseada do estado do Rio”



(BARRETO, 2010, p. 529-530).

O fato é que Nabor entendia o jornal como uma fábrica de notícias e aplicava a sua inventiva criatividade na transformação de episódios pouco ou nada relevantes em informação merecedora de destaque nas páginas do seu semanário. Certa vez, o naufrágio banal de uma canoa de pescaria numa praia de Sant'Ana mereceu três longas colunas e motivou reclamação de Fagundes: “- Você está gastando papel à toa!” Afinal, diria ainda, “não morrerá um só tripulante” (BARRETO, 2010, p. 530). Em resposta, o argumento de Nabor é bastante eloquente: “- É assim que se procede no Rio com os naufrágios sensacionais” (BARRETO, 2010, p. 530).

O modo de fazer jornalismo da capital é enaltecido e aparece como modelo a ser copiado, ainda que se trate de fazer de uma canoa afundada um naufrágio sensacional, ou seja, de inventar uma notícia que não existe para fisgar o leitor. De algum modo, o que está em curso aqui é a construção de um fazer jornalístico que vai se tornando hegemônico tanto no texto ficcional de Lima Barreto quanto na história da imprensa brasileira no período da Primeira República.

Não é por outro motivo que a rivalidade entre os realizadores *d'O Arauto* chega ao seu ápice e, diante de uma nova reclamação de Fagundes, Nabor providenciou um desfecho para aquela “guerra surda”: “- Os tipos são meus; a máquina é minha; portanto, o jornal é meu” (BARRETO, 2010, p. 530), e concretizou-se a dissidência, ficando Nabor o único dono do jornal.

Dono do grande órgão, tratou de modificar-lhe o feitio carranço que lhe imprimira o pastrana do Fagundes. Fez inquéritos com o sacristão da irmandade; atacou os abusos das autoridades da Capitania do Porto; propôs, a exemplo de Paris etc., o estabelecimento do exame das amas de leite etc. etc. Mas nada disso deu retumbância a seu jornal. Certo dia, lendo a notícia de um grande incêndio no Rio, acudiu-lhe a idéia de que se houvesse um em Sant'Ana, podia publicar uma notícia de ‘escacha’, no seu jornal, e esmagar o rival – O Baluarte – que era dirigido pelo promotor Fagundes, o antigo companheiro e inimigo. (BARRETO, 2010, p. 530-1).

Ao mesmo tempo em que formula a crítica ao jornalismo e à imprensa do período, Lima Barreto também tenta fazer do jornalismo o que ele idealizava. Foi por essa razão que, a certa altura de sua vida, criou e dirigiu sua própria revista: a *Floreal*. O editorial da publicação apontava de imediato a direção a ser seguida pela revista: “É uma revista individualista, em que cada um poderá, pelas suas páginas, com a responsabilidade de sua assinatura, manifestar as suas preferências, comunicar as suas intuições, dizer os seus julgamentos, quaisquer que sejam” (BARRETO, 1907, p. 4-5).

Na concepção do editor, *Floreal* trazia primordialmente “nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sobre tudo o que interessar a nossa sociedade, guardando as conveniências de quem quer ser respeitado” (BARRETO, 1907, p. 4). Esse caráter tão afirmadamente autoral que Lima Barreto imprime a *Floreal* é como um grito de afirmação de um indivíduo que sonha e deseja pra si um destino literário. Um grito e um desabafo de quem quer escrever e não encontra espaço. Está lá, no mesmo editorial da *Floreal*, o desabafo a que me refiro. Usando a primeira pessoa do plural, já que em nenhum momento deixa de reconhecer a revista como uma empreitada coletiva, que partilha com nomes como Antonio Noronha Santos – amigo de toda uma vida –, Domingos Ribeiro Filho e Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, declara:

Há entre nós uma razão de completo contato: é a nossa incapacidade de tentar os meios de publicidade habituais e o nosso dever de nos publicar. Este caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pai livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só há um meio de se chegar ao editor - é o jornal. (BARRETO, 1907, p. 5).

Tal como Veiga Filho, em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, fabricara a sua própria notoriedade, Nabor – no conto “O jornalista” – se dispõe a fabricar os fatos que deseja noticiar no seu jornal. O problema é que em Sant’Ana “não havia incêndios, nem mesmo casuais” (BARRETO, 2010, p. 531). Então, era preciso um incêndio. Inicialmente o personagem cogita pagar alguém para atear fogo num palacete da cidade. Pensando bem, avalia que assim poderia vir a ser descoberto e denunciado. Eis que lhe surge uma ideia para levar adiante seus planos: “Ele mesmo poria fogo no sábado, na véspera de sair o seu hebdomadário – *O Arauto*. Antes escreveria uma longa notícia com todos os ‘ff’ e ‘rr’. Dito e feito. O palácio pegou fogo inteirinho no sábado, alta noite; e de manhã, a notícia saía bem feitinha” (BARRETO, 2010, p. 531).

O insólito procedimento de provocar um incêndio para se produzir a notícia sobre o mesmo pode até parecer absurdo, mas não é. É evidente que nada pode sustentar um possível parentesco atávico entre jornalistas e incendiários, mas é indiscutível a apreciação crítica que Lima Barreto produz sobre os métodos de fazer jornalismo na Primeira República – e, quiçá, aplica-se a um período de tempo que chega até o presente. Está claro que o autor quer dizer algo sobre a imprensa do seu tempo, que ele conheceu tão bem e na qual atuou intensamente. Sobretudo se considerarmos o desfecho do conto, tal como reproduzido a seguir:



Fagundes, que era juiz municipal, logo viu a criminalidade de Nabor. Arranjou-lhe uma denúncia processo e o grande jornalista Salomão Nabor de Azevedo, descendente dos Azevedos, do Rio Claro, e dos Breves, reis da escravatura, foi parar na cadeia, pela sua estupidez e vaidade. (BARRETO, 2010, p. 531).

Desonestidade criminosa, estupidez e vaidade são as características atribuídas a um “grande jornalista”. Esses são os atributos que qualificam um homem de imprensa, segundo a ficção de Lima Barreto, que pretende denunciar também a origem nobre e senhorial de Nabor. Trata-se, afinal, de um “descendente dos reis da escravatura”, cujo pretense abolicionismo já fora desmascarado em trecho anterior do conto. Portanto, na pena do “mulato de Todos os Santos”, Nabor parece merecedor do cárcere não só pela venalidade do jornalismo que pratica, mas também pelo passado que o condena, pela herança escravocrata.

Em 15 de maio de 1913, Lima Barreto publicaria no jornal operário *A Voz do Trabalhador*⁵, um artigo (*Palavras de um snob anarquista*) expressando suas afinidades com a causa dos trabalhadores e com o próprio anarquismo. Curiosamente, no mesmo jornal, alguns anos antes dessa colaboração, publica-se um ataque contra a chamada imprensa burguesa, dirigido especificamente ao periódico *A Imprensa*⁶, num artigo intitulado “Concurso contra concurso”, que não é assinado, provavelmente, por representar a posição do jornal nesse debate:

Decididamente, é preciso abrir séria campanha contra a exploração jornalística que visa corromper cada vez mais o operariado.

Ainda agora ‘A Imprensa’ acaba de iniciar um concurso para saber “Qual o operário mais popular e simpático dos subúrbios”.

É um recurso comercial – reclame para o jornal e imprudente caçada ao níquel dos operários simples que têm ainda fé de todas as espécies: nos jornalistas, no Estado, na religião e nas boas intenções dos patrões.

Com tais expedientes, o que se pretende, pois? Simplesmente mostrar que o jornalismo se preocupa com os operários e os quer “elevar e engrossar”!

Mas é um caminho mau esse. É um pernicioso movimento que pretende despertar a vaidade no operariado, distraíndo-o [...], conservar a passividade desse numeroso operariado que aí se agita, numa miséria física e moral e incapaz de revoltar-se.

(...)

Revoltando-nos contra essa baixa exploração, apontamos aos operários dos subúrbios “A Imprensa”, e o seu cerebrino diretor, como um mistificador da opinião e elemento prejudicial a nossa causa.

Para terminar, iniciamos também um concurso:

“Qual é o jornalista mais crápula, mais mistificador do Rio de Janeiro?”

Aguardamos a resposta dos camaradas. (CONCURSO..., 1909, p. 2).

⁵ Órgão da Confederação Operária Brasileira, criado em decorrência do Primeiro Congresso Operário, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1906. Circulou, num primeiro momento, entre 1908 e 1909, tendo uma segunda fase entre 1913 e 1915. Ao publicar seu artigo nesse jornal, Lima Barreto usaria o pseudônimo Isaías Caminha.

⁶ O diário *A Imprensa* foi fundado por Alcindo Guanabara (1865-1918), que o dirigiu entre 1903 e 1914. Seu diretor também fez carreira política e foi aliado dos governos Campos Sales e Hermes da Fonseca.



O olhar do historiador se volta para o passado sempre regido pelo presente, pelas preocupações que mobilizam a sua atenção no tempo histórico em que vive. Por essa razão, o universo da imprensa e do jornalismo no Rio de Janeiro da Primeira República abre uma ampla possibilidade de interlocução com os desafios que enfrentamos nas primeiras décadas do século XXI. E se Kamel e o *Grupo Globo* insistem em esgrimir o argumento da isenção e da imparcialidade, Lima Barreto e *A Voz do Trabalhador* funcionam como sólidos contrapontos nesse campo, pois há cerca de um século, já nutriam plena convicção de que os jornais defendem interesses políticos e econômicos – ainda que procurem ocultá-los através da omissão dos autores dos textos que publicam –, quase sempre contrários aos dos trabalhadores e das camadas populares. Sua parcialidade, partidarismo e ausência de isenção já eram notórias naquele tempo. Assim, é possível imaginar que, nos dias atuais, uma enquete nos moldes do concurso promovido por aquela folha operária talvez trouxesse à tona uma profusão de nomes bastante conhecidos de todos nós.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Raul de. À margem duma conferência: jornais e jornalistas. **Rio-Jornal**, Rio de Janeiro, ano I, n. 6, p. 3, terça-feira, 26 mar. 1918.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima. Recordações do escrivão Isaías Caminha. In: **Lima Barreto: prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 113-257.

_____. O jornalista. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 527-531.

_____. Artigo inicial. **Floreal**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3-7, out. 1907.

_____. Palavras de um snob anarquista. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15 maio 1913.

CONCURSO contra concurso. **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 2, 13 jan. 1909.

BOTELHO, Denilson. **A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto**. 2. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

KAMEL, Ali. O jornalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 23 jan. 2007.



MARINHO, Roberto Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. 6 ago. 2011. Disponível em: <<http://estatico.redeglobo.globo.com/2014/PRINCIPIOS-EDITORIAIS-DO-GRUPO-GLOBO.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (Org.). **Toda crônica**: Lima Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2v.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Submetidoem: 16.04.2018

Aprovadoem: 20.06.2018

